

Conquistados salários melhores

Em dezenas de empresas, com unidade, organização e determinação para lutar, os trabalhadores conseguiram nos primeiros meses deste ano alcançar melhorias salariais e defender direitos.

3

“ A intensa luta desenvolvida nos últimos meses já deu resultados ” EDITORIAL

Órgão dos
trabalhadores
das indústrias
metalúrgicas,
químicas, eléctricas,
farmacêutica,
celulose, papel,
gráfica, imprensa,
energia e minas

Jornal^{da} FIEQUIMETAL



N.º 11
Abril
2013

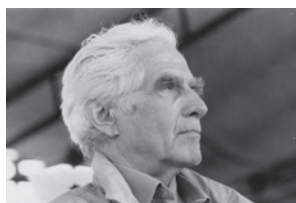
Distribuição
gratuita
aos associados
dos sindicatos
federados

Luta a crescer

**Apelo da CGTP-IN
para o Dia Mundial
dos Trabalhadores**

Com a força das acções realizadas nos últimos meses, destacando-se a «Marcha contra o Empobrecimento – Pela Mudança de Política e de Governo», o 1.º de Maio tem que ser um expoente da luta social e política, para uma alternativa que valorize o trabalho, dignifique os trabalhadores e coloque Portugal no caminho do progresso e justiça social.

3



Álvaro Cunhal

A CGTP-IN realiza iniciativas de comemoração do centenário.

7

Defendemos a indústria

Os trabalhadores da Kemet, em Évora, impediram a deslocalização da produção e o despedimento colectivo de metade do pessoal. Pela viabilização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, um manifestação em Lisboa terminou à porta do primeiro-ministro.

6

Tribunais dão força à razão

Vários casos de despedimentos, repressão e precariedade foram encarados de frente pelos trabalhadores e, com o apoio dos sindicatos, chegaram a tribunal, onde a razão foi reconhecida. E as empresas condenadas são: Delphi (Seixal), Monoquadros, CSP, Novartis, Mundiporta, Compelmada, Continental Teves, SAS e Peguforma (Autoeuropa), Morgado & Amado, V Lucas, SN Seixal, CACIA, DURA, Petrogal.

CENTRAIS

“Temos o dever de transformar o 1.º de Maio numa grande jornada de luta”

Derrotar o Governo e a troika e defender as conquistas de Abril

Os trabalhadores, os reformados, os desempregados, os jovens, assim como todos aqueles e aquelas que dependem do rendimento do seu trabalho, estão a atravessar o momento mais difícil desde que a ditadura fascista foi derrotada, em 25 de Abril de 1974.

O Governo PSD/CDS, seguindo a troika estrangeira e contando com o apoio do Presidente da República, prossegue, de forma violenta, a política que há muito está orientada para a concentração da riqueza nos grandes grupos económicos e financeiros

e nas grandes potências da UE, à custa do empobrecimento do povo e do retrocesso económico e social.

Faces desta mesma moeda são a desindustrialização e a destruição do tecido produtivo; o desemprego e o emprego precário, que atingem mais de um terço dos trabalhadores; o roubo nos salários, pensões e subsídios sociais; o brutal aumento dos impostos; o boicote à contratação colectiva; o ataque aos direitos laborais e às funções sociais do Estado, assim como as privatizações e a transferência dos recursos nacio-

nais para as mãos dos especuladores financeiros.

O BPN, o BCP e as parcerias público-privadas são a ponta do icebergue que comporta uma grande parte da dívida pública, cujo pagamento este Governo está a transferir para os cidadãos. Só em 2013, os portugueses vão pagar mais de 8 mil milhões de euros de juros.

O ataque desferido contra a decisão do Tribunal Constitucional e contra a própria Constituição vem comprovar que este Governo não vê na legalidade democrática os limites para a sua actuação. Politicamente isolado do povo, ele representa hoje um perigo para o presente e o futuro do País. É preciso continuar e intensificar a luta para correr com ele, antes que faça mais estragos.

Há razões para ter confiança num futuro melhor. A intensa luta desenvolvida nos últimos meses já deu resultados.

É possível resistir e contrariar a ofensiva patronal, através da luta dos trabalhadores, unidos e organizados no sindicato. Referimos neste número vários exemplos.



Romper com esta política em nome do «Estado social»

O Estado tem de ter um papel predominante nas políticas de saúde, educação e segurança social, para poder promover a coesão e a justiça social e garantir a universalidade.

Os trabalhadores criam a riqueza, pagam os impostos e as contribuições, para o Estado poder redistribuir e, assim, satisfazer e desenvolver o bem-estar social.

O Governo do PSD/CDS, o Banco Mundial, o FMI e a Comissão Europeia pretendem destruir o papel do Estado consignado na Constituição, que o incumbiu de organizar, coordenar e subsidiar as políticas sociais, de forma a que todos tenham acesso a elas.

Nos serviços públicos da saúde e educação e segurança social, depois de Abril de 1974, tivemos avanços fantásticos. Se não travamos estas políticas com tiques fascizantes, podemos voltar à matriz assistencial caritativa que marcou a época de Salazar e Caetano, quando só os pobres eram assistidos.

A redução anunciada de quatro mil milhões de euros, que agora já se diz ser de 5600 milhões, para as áreas da saúde, segurança social e educação, representaria cerca de metade, ou mais, do orçamento para 2013 para a saúde, que é a maior despesa social do Estado (8500 milhões de euros).

As funções sociais estão a ser alvo de ataque, a pretexto do défice e da dívida, mas a questão

é marcadamente ideológica, para ter um Estado minimalista e para escancarar as portas ao sector privado. É um imperativo de todos nós não permitir que tal aconteça.

A segurança social tem sido um dos alvos preferenciais, o que é tanto mais grave quanto a generalidade da população está a empobrecer. A taxa de pobreza em 2010 era de 18%, mas sem as transferências sociais, os cientistas sociais referem que atingiria 43%.

De Outubro de 2010 a Outubro de 2012, mais de 627 mil crianças e jovens perderam o direito ao abono de família; o rendimento mínimo de inserção deixou de proteger mais de 234 mil famílias e quase 82 mil beneficiários, enquanto o valor da prestação, desde Agosto de 2012, já diminuiu duas vezes: de 195,30 euros para 189,50 euros e, agora, para 178 euros.

Nem o complemento social do idoso escapa. O parâmetro mínimo de uma pessoa, que era de 5.022 euros anuais, passou em Março para 4.909 euros.

É igualmente mesquinho eliminar o complemento de dependência e o complemento de cónjuge a cargo a quem recebe pensões superiores a 600 euros.

O Governo do PS, suportado no «Programa de Estabilidade e Crescimento», também fez um forte ataque ao regime de solidariedade com as

A luta dos trabalhadores e das populações cresce e produz efeitos. A declaração de inconstitucionalidade de várias matérias do Orçamento do Estado; a demissão do ministro Relvas; a fuga do primeiro-ministro e outros governantes em locais públicos, para não se confrontarem com a contestação popular, são outros indicadores de que é possível derrotar este Governo e esta política.

É neste contexto que temos a obrigatoriedade de fazer do dia 25 de Abril a maior de todas as jornadas, pela defesa da liberdade, da democracia e de todas as conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição consagra.

É nesta situação que, tal como no primeiro 1.º de Maio em liberdade, temos o dever de transformar o Dia do Trabalhador numa grande jornada de luta, contra a política de austeridade, contra a exploração e o empobrecimento, pela mudança de política e pela demissão deste Governo. Mas igualmente pela defesa das propostas apresentadas pela CGTP-IN e por um Portugal com futuro!



MARIA DO CARMO TAVARES
Dirigente do SITE CSRA
Foi responsável pelas áreas sociais na Comissão Executiva da CGTP-IN

É justo, necessário e possível

Salários melhores em 2013

A crise não é para todos, a riqueza deve reverter mais para quem a produz, a economia fica a ganhar e há resultados que mostram o valor da luta em unidade.

A luta por melhores salários tem mobilizado os esforços dos trabalhadores e da estrutura sindical, desde a apresentação de propostas reivindicativas, iniciada ainda em Novembro, até acções realizadas junto de associações patronais e empresas suas dirigentes, no primeiro trimestre de 2013.

Os factos têm-se encarregado de desmentir as mais repetidas patranhas com que os patrões e os seus governos procuram conter a justa exigência de quem trabalha. Aumentos de salários provocam desemprego? Mas o desemprego não pára de aumentar, enquanto os salários não deixam de perder. Os sacrifícios são para todos? Mas os lucros dos grandes grupos continuam intocáveis. Noutros países também há «austeridade»? Mas os portugueses nunca deixaram de ser os mais mal pagos. Agora não é o

momento de aumentar salários? Mas quando, para eles, foi esse momento?

No início de Março, num balanço divulgado pela CGTP-IN, foram apontadas dezenas de empresas, dos sectores abrangidos pelos sindicatos da Fiequimetal, onde foi possível alcançar melhorias na remuneração dos trabalhadores. Por exemplo: **Ancor**, 2%; **Seda Ibérica**, 1,5%; **Key Plastics**, 1,5%; **Schaeffler**, 30 euros; **Bollinghaus**, 1,5%; **Bourbon**, 2%; **Valis**, 50 euros; **Ribermolde**, 20 euros; **Tomé Feteira**, 20 euros; **Stet**, 1,1% (aplicado pela empresa, sem acção reivindicativa); **Faram**, 3%; **Continental Mabor**, 2,2% de aumento salarial, 3,5% no prémio de antiguidade, 3% no subsídio de alimentação, prémio anual de mil euros e 15.º mês; **Tesco**, 2% de aumento, e 15 trabalhadores temporários passaram para o quadro da empresa;



Unidade, organização e determinação para lutar mostraram os trabalhadores da Bosch, da Delphi e da Fehst, no dia 21 de Março

Camo, 23 euros para todos os trabalhadores e rectificações nas categorias profissionais; **Hutchinson**, 15 euros para todos, com efeitos a Agosto de 2012 (tam-

bém sem acção reivindicativa); **Laurel**, 15.º mês, em vez da actualização salarial, e mais um euro no subsídio de alimentação; **Sakthi**, 30 euros, compenso os trabalhadores em metade do valor retirado com o aumento dos impostos; **Greif**, 30 euros; **Eugster Frismag**, 2,4%; **Kousagás**, 20 euros; **Lever**, **Fima** e **Olá**, 2,5% nos salários até mil euros.

No CCT da **Farmacêutica** celebrado com a Norquifar, foram acordados aumentos de 1,9 a 2%.

Posteriormente, na **EDP** e na **REN** foram derrotadas as intenções expressas nas propostas patronais iniciais (em Janeiro, a EDP começou com 0,3% e a REN nem compareceu

nas negociações) e foram alcançados acordos, com actualização salarial de 1,61%, mantendo direitos, como os prémios de produtividade e de assiduidade ou a «distribuição de lucros».

Na **Caima** a revisão do Acordo de Empresa prevê mais 1,75%, nos salários e demais matérias de expressão pecuniária, e a melhoria do subsídio de turno. Todos os demais direitos mantêm-se em vigor. Mas tal só foi possível graças à firmeza e à unidade dos trabalhadores. A administração começou por negar a actualização dos salários e pretendia pôr em causa importantes direitos.

Na **Flexipol**, houve 2% de aumento salarial e mantêm-se os três dias de férias da anterior majoração. Na **Dura**, foi acordado aumento de 2,5%, com um mínimo de 30 euros, e um prémio equivalente a 30% do salário, a pagar em Dezembro; 40 trabalhadores passaram a efectivos. Aumentos de 3,5% foram aplicados na **Faurecia** (mínimo de 17,50 euros), na **Monteiro & Ribas** e na **Cultipol**.

Minas

No primeiro dia de Fevereiro, os trabalhadores da **EPOS** na Somincor (Neves-Corvo) decidiram não descer à mina, em protesto contra enormes e injustificadas reduções no montante dos salários, o que levou a administração a comprometer-se a repor a legalidade e corrigir as graves falhas no pagamento aos trabalhadores.

Nas minas da Panasqueira, a **Sojitz Beralt Tin** teve que evoluir na sua posição. A participação nos plenários e a adesão massiva à greve de 7 de Março (tal como a decisão de nova greve para 2 e 3 de Abril) contribuíram para um acordo que contém aumento salarial de 2,6%, com efeitos a 1 de Janeiro, a passagem a efectivos de 59 trabalhadores a prazo, a promoção e reclassificação de 42 trabalhadores, e a manutenção do modelo do prémio de produção.

Luta nos turnos da EDP

Porque lutam os trabalhadores dos regimes especiais de trabalho da EDP, que asseguram uma laboração contínua?

Com as remunerações e descansos compensatórios reduzidos a mínimos inaceitáveis, a greve foi o caminho para fazer prevalecer os direitos e os acordos livremente estabelecidos.

O pagamento do trabalho suplementar foi reduzido a metade e, em muitos casos, até a menos. Pelos seis ou sete feriados que laboram em escala, passaram a receber o correspondente a cerca de um e meio, e os dias de compensação desapareceram.

Nos casos em que a disponibilidade abarca o fim de semana, podem ser chamados a intervir 25 sábados, sem compensação de descanso. Assim, no final do ano, trabalharão 25 dias a mais, com menos de metade da remuneração do trabalho suplementar. Se, em dias úteis, forem chamados de noite, receberão uma pequeníssima compensação, sem descanso compensatório.

Os trabalhadores que laboram por turnos, folgas rotativas e disponibilidade apenas iniciaram um processo que vai ser, de certeza, mais alargado, tendo em conta as propostas da EDP de alteração do Acordo Colectivo de Trabalho.

A razão dos trabalhadores também vence nos tribunais

Precariedade derrotada e punida

Tribunais obrigam empresas a reintegrar como efectivos, trabalhadores abusivamente contratados como temporários. Comprova-se assim que resistir e lutar é a melhor forma de enfrentar a precariedade.

O SITE Sul apontou, no final de Março, vários casos recentes de vitórias dos trabalhadores e do sindicato, no distrito de Setúbal, contra despedimentos no fim de contratos a prazos. Poucos dias depois, o SITE Centro-Norte destacou duas histórias, ocorridas em Aveiro e na Guarda.

Estas e outras decisões, favoráveis aos trabalhadores, confirmam pela jurisprudência aquilo que há muito os sindicatos denunciavam: é ilegal a maior parte dos fundamentos invocados para os contratos precários e os trabalhadores deveriam ser considerados efectivos porque, na realidade, estão em postos de trabalho permanentes.

Até o Código do Trabalho, apesar de várias graves alterações, diz expressamente que «O contrato

de trabalho a termo resolutivo só pode ser celebrado para satisfação de necessidade temporária da empresa e pelo período estritamente necessário à satisfação dessa necessidade» (N.º 1 do Artigo 140.º).

Seis a sul

A **Continental Teves**, em Palmela, manteve durante 17 meses uma trabalhadora com contrato de trabalho temporário, justificado por «acréscimo de produção»; depois despediu-a e admitiu outra trabalhadora para o seu lugar; a trabalhadora despedida reclamou, através do sindicato; o Tribunal de Trabalho de Setúbal, por sentença de 25 de Fevereiro, considerou ilegal o contrato temporário e determinou a integração na empresa utilizadora. A trabalhadora optou por uma indemnização de três meses em troca da readmissão.

Dois trabalhadores da **SAS**, no Parque Industrial da Autoeuropa, passaram ao quadro efectivo, em Janeiro. Por intervenção do sindicato, a empresa reconheceu que tinha de os readmitir, pelo facto de terem mais de 36 meses de precariedade, entre contrato a termo certo e contrato de trabalho temporário.

Um trabalhador da **Morgado & Amado**, do sector automóvel, em Almada, não se conformou com o despedimento, no final de um contrato de trabalho a termo, de seis meses. A empresa tinha alegado «regularização de atrasos» na manutenção e reparação de veículos, mas o Tribunal de Trabalho de Almada considerou que a justificação não respeitava os artigos 140.º e 141.º do Código do Trabalho. Para evitar a condenação, a empresa pagou uma indemnização ao trabalhador, que aceitou não regressar ao seu posto de trabalho.

A **V Lucas**, do sector de venda de combustíveis, em Almada, despediu uma trabalhadora, que fora admitida a prazo com a justificação de «início de actividade», porque a empresa

tinha adquirido a exploração de uma bomba de gasolina, mas esta estava há mais de 15 anos em funcionamento. O Tribunal de Trabalho não considerou válido o fundamento. A empresa, para evitar a condenação, pagou uma indemnização à trabalhadora, para esta não regressar ao seu posto de trabalho.



A **SN Seixal** teve que readmitir um trabalhador, que quis despedir no fim do contrato de trabalho a termo. O Tribunal de Trabalho de Almada considerou que a justificação do contrato não cumpria a exigência legal.

O Tribunal de Trabalho de Setúbal mandou reintegrar na **Peguform**, no Parque Industrial da Autoeuropa, um trabalhador despedido em 9 de Abril de 2012, que a empresa contratara em 16 de Agosto de 2011. A cláusula justificativa do contrato a termo foi considerada genérica e insuficiente.

Ricardo e Carina

O SITE C-N conta que, em Aveiro, o Ricardo foi contratado por uma



Petrogal sem emenda

Por sentença de 20 de Março, o Tribunal de Trabalho de Matosinhos anulou a sanção disciplinar aplicada pela Petrogal a um trabalhador da Refinaria de Matosinhos, dirigente do SITE Norte e da Fiequimetal e membro da Comissão de Trabalhadores. O tribunal considerou abusiva a suspensão de doze dias e condenou a empresa a pagar uma indemnização de mais de 32 mil euros, para além das remunerações indevidamente descontadas.

Mas a administração da Petrogal, apesar de repetidamente condenada pelos tribunais, persiste num caminho reiteradamente ao arripio da lei, procurando intimidar os trabalhadores. No início de 2013, voltou a tentar pôr em causa o direito constitucional à greve, aproveitando os confortáveis recursos da empresa para honorários aos seus consultores jurídicos.

Os compromissos prévios à negociação, alcançados em empresas como a TAP, CP, CP Carga, REFER e EMEF, e entre os quais está a reposição do pagamento do trabalho extraordinário pelos valores previstos nos respectivos acordos de empresa, mostram que a administração da Galp/Petrogal está cada vez mais isolada.

empresa de trabalho temporário, para trabalhar na **CACIA**, fábrica de componentes para automóveis, pertencente ao Grupo Renault. Posteriormente, assinou um contrato a prazo com a própria CACIA, continuando no mesmo posto de trabalho.

Quando a empresa o despediu, no fim do contrato, o Ricardo não se conformou e, com o apoio do sindicato, exigiu em tribunal a reintegração como trabalhador efectivo. Isto, porque tinha sido falsamente contratado para suprir uma necessidade temporária, quando, de facto, ocupou durante anos um posto de trabalho permanente. O Tribunal de Aveiro deu-lhe razão, mandando-o reintegrar como efectivo, e obrigou a empresa a repor todos os

Proibição ilegal

A **Delphi** foi duplamente condenada por, na fábrica do Seixal, ter proibido a realização de um plenário de trabalhadores na véspera da greve geral de 24 de Novembro de 2010, revelou o SIESI. O sindicato lembra que, num ambiente de grande intimidação e coacção, a direcção da fábrica alegou razões de produção, que não convenceram a ACT, a quem o SIESI pediu que mais uma vez intervisse nesta unidade da multinacional norte-americana. O auto da inspecção seguiu para o Tribunal de Trabalho de Almada, que em Julho de 2012 decidiu pela condenação da Delphi, com multa superior a 30 mil euros. A direcção da Delphi recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa, que recentemente confirmou a sentença da primeira instância.

O sindicato assinala que a greve geral em causa, apesar das manobras anti-sindicais, teve uma grande adesão.

salários, desde que foi despedido, acrescidos de juros e devidamente corrigidos da discriminação que existia relativamente aos demais trabalhadores. A sentença foi confirmada pela Relação de Coimbra.

A Carina foi admitida na fábrica da **DURA**, na Guarda, com um contrato de trabalho temporário por tempo incerto, para substituir uma trabalhadora em situação de baixa médica prolongada. Esta, passados alguns meses, reformou-se por invalidez. A DURA rescindiu o contrato com a Carina e admitiu outra trabalhadora, também com contrato de trabalho temporário, para ocupar o posto de trabalho deixado vago. Com o apoio do sindicato o processo foi para tribunal.

O recente acórdão da Relação de Coimbra considerou a trabalhadora efectiva na DURA e o despedimento ilícito.



Viola no saco!

A administração da **CSP**, em Almada, foi obrigada a anular o lay-off de cinco dias por mês, que impôs em Janeiro aos seus cerca de cem trabalhadores da empresa, a partir de Janeiro e que deveria durar até Junho, informou o SIESI, que desde o início apoiou a contestação daquela medida. A administração pretendia embaratecer o custo do trabalho, uma vez que os trabalhadores, embora perdendo cinco dias de remuneração, teriam que fabricar mensalmente a mesma quantidade de componentes. Um plenário de trabalhadores e a intervenção da ACT, solicitada pelo sindicato, conduziram à anulação do lay-off.

Um despedimento colectivo na **Novartis**, ocorrido em 2006, foi considerado ilícito pelo Supremo Tribunal de Justiça, que confirmou a 20 de Fevereiro a decisão da Relação, no ano passado, e da primeira instância, em 2009, o que representa uma tripla vitória dos trabalhadores, como referiu o SITE Centro-Norte.

Dos 23 trabalhadores envolvidos, quatro prosseguiram a luta pela impugnação do despedimento, incluindo uma dirigente do sindicato, Sandra Barata. Mantiveram a exigência da sua reintegração, sempre que a Novartis lhes acenou com acordos para saírem da empresa, o que ocorreu em todos os momentos de confirmação da decisão judicial.

A resistência dos trabalhadores e a intervenção do SIESI impediram que a **Mundiporta**, em Lisboa, colocasse em lay-off nove pessoas, das 24 que laboram naquela empresa de montagem de portões eléctricos. Por um lado, havia dívidas à Segurança Social e às Finanças. Por outro lado, a empresa fundamentou a sua intenção numa declaração genérica de quebra de actividade, sem confirmação documental e, pelo contrário, desmentida pela admissão de trabalhadores contratados a termo por «necessidades excepcionais de actividade». A gerência não apresentou critérios de selecção dos trabalhadores a abranger pela medida. Face a estes argumentos e ao pedido de actuação da Autoridade para as Condições do Trabalho, o lay-off foi abandonado.

O Tribunal da Relação de Évora declarou a ilicitude do despedimento de um trabalhador e a sua reintegração na **Compelmad Internacional**, de Sines. No acórdão, de 31 de Janeiro, salienta-se que o despedimento imediato, como sanção disciplinar, só deve ser aplicado em casos de real gravidade. O SITE Sul salienta que a Relação determinou que o trabalhador fosse reintegrado no seu posto de trabalho, sem prejuízo da categoria e antiguidade, e que lhe fossem pagas as retribuições devidas desde o despedimento, em Agosto de 2011.

«WeAreEDP»?

Nalguns casos, há quase 20 anos que os trabalhadores do «Projecto EDP» (call center) defendem que, de facto, são da EDP. Mas a EDP obriga-os a serem, agora, da Tempo Team/Randstad, como antes foram da CRH e no futuro serão de outro qualquer intermediário. Mas a própria EDP, afinal, veio dizer que eles são da empresa, como notou o SIESI, a propósito da integração daqueles trabalhadores na acção «WeAreEDP». Ali, através de responsáveis máximos da EDP, foram-lhes transmitidos «oito mandamentos» que se inscrevem numa atitude só possível de concretizar por parte de quem tem uma relação directa com a empresa. Mais uma vez, fica claro que a entrega desta actividade ao exterior é apenas uma tentativa de iludir as disposições legais e procurar o embaraçamento do factor trabalho, para aumentar os lucros. Quanto ao «nós somos EDP», o sindicato considera que não tem qualquer sentido, se tal não se traduzir na melhoria das condições de vida e de trabalho. Enquanto a empresa não tratar como seus aqueles trabalhadores «WeAreEDP» continuará a ser o objectivo da luta.

Conselhos?

Vítor Bento, economista e conselheiro de Estado é também presidente da SIBS. Nesta última qualidade, Vítor Bento colocou a SIBS a optar pela compra de máquinas multibanco chinesas, em detrimento da produção nacional, assegurada pela Talaris, antiga Papelaco. Com sede em Sintra e fábrica em Torres Vedras, este é o único fabricante europeu de ATM e outros equipamentos de gestão de numerário. A empresa foi comprada em Julho pelo grupo japonês Glory, e os seus trabalhadores, organizados no SIESI, têm estado em luta contra a intenção da administração de despedir 37 pessoas, encerrar a fábrica de ATM (passando a importá-las de um fabricante chinês) e transferir para Espanha os serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos e de apoio ao cliente.

Manifestação em Lisboa

Viabilizem os ENVC

No dia 26 de Março, meio milhar de trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, acompanhados de familiares e recebidos com símbolos e sentidos gestos de solidariedade, manifestaram-se em Lisboa.

Tal como já tinham feito a 2 de Setembro de 2011, vieram exigir medidas urgentes para viabilização daquela importante e estratégica unidade industrial. Desde então, apesar das declarações e compromissos do ministro da Defesa e outros, o despedimento de 400 pessoas foi abandonado, mas o trabalho não foi garantido e não há ainda o necessário financiamento para avançar com a encomenda dos asfalteiros

para a Venezuela. Outras acções de luta tiveram lugar, nestes longos meses. Naquela terça-feira, os trabalhadores iniciaram a marcha na Praça do Duque de Saldanha, deslocaram-se à sede da Empordef e rumaram em direcção à residência oficial do primeiro-ministro, gritando palavras de ordem, como «Destruição - Não! Viabilização - Sim!». O protesto, acompanhado pelo secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos,

pelo coordenador da Fiequimetal, Rogério Silva, e por muitos dirigentes e delegados de sindicatos da Fiequimetal, contou igualmente com o apoio de vários outros sindicatos e da União dos Sindicatos de Lisboa. Nesta jornada participou uma delegação de dirigentes da CGT, de França, do sector naval, que deixaram o exemplo de uma luta que teve como desfecho a viabilização dos Estaleiros de Brest.



A viabilização está dependente de decisões políticas que os trabalhadores mais uma vez exigiram do primeiro-ministro e do Governo

SIESI tem novos órgãos dirigentes

No dia 5 de Abril, na sede da CGTP-IN, tomaram posse os dirigentes do SIESI. As eleições tiveram lugar em 26 e 27 de Março, sendo eleita a lista A (unitária), única concorrente, proposta pela Direcção cessante, que obteve 2665 votos, tendo-se registado 30 votos em branco. Em relação ao acto eleitoral anterior, realizado em 2009, votaram agora mais 889 associados. Os novos órgãos dirigentes (direcção, mesa da assembleia geral e conselho fiscal) apresentaram-se às eleições com o lema Acção, Eficácia, Futuro. Propõem-se melhorar a intervenção sindical e incrementar a sindicalização. A defesa do emprego e a luta contra a precariedade é outro objectivo central, bem como a contratação colectiva e luta reivindicativa, em geral. Garantir a saúde no trabalho e tornar o sindicato mais eficiente são outros pontos fulcrais do programa apresentado a escrutínio.

Para os novos órgãos dirigentes, segundo está inscrito no programa, a actividade sindical faz-se no concreto. Com os trabalhadores, nos locais de trabalho, na acção diária de combate aos nossos adversários de classe e ao divisionismo. Faz-se, também, confrontando o poder político estabelecido que, com as sucessivas alterações ao Código do Trabalho, desenvolveu e estimulou uma escalada sem precedentes contra os direitos dos trabalhadores, visando a transferência de rendimentos do trabalho para o capital e pondo em causa o direito constitucional à estabilidade de emprego. Para o mandato que agora se vai iniciar é proposto, em articulação com a CGTP-IN, federação e outras estruturas do movimento sindical unitário, levar a cabo um amplo combate de massas, susceptível de contribuir para uma mudança de Governo e de política.



O pessoal da Kemet alcançou uma magnífica vitória

Luta garante emprego e produção

Os trabalhadores da multinacional norte-americana **Kemet Electronics**, em Évora, alcançaram em Janeiro uma magnífica vitória, com a anulação do despedimento de metade do pessoal e da deslocalização de parte da produção para o México. A Kemet opera em Portugal desde 2006, ano em que adquiriu a fábrica à EPCOS, multinacional alemã. Foi transferindo progressivamente a produção de condensadores de tântalo para o México e reduziu o pessoal, de 588 para 316 trabalhadores. Em Novembro, anunciou que pretendia acabar com a produção de condensadores de tântalo e lançar 154 pessoas no desemprego. Mas os planos foram derrotados pela unidade e luta dos trabalhadores e pela intervenção do SIESI. Greves, manifestações, contactos institucionais e junto de órgãos do poder tiveram impacto regional e nacional. Gerou-se uma forte corrente de opinião contrária ao despedimento e à deslocalização da produção. Foi evidenciado que a empresa tem elevados lucros e foi beneficiária de mais de 25 milhões de euros de apoios públicos. A 14 de Janeiro, a administração da Kemet comunicou ao SIESI a anulação do despedimento. Esta vitória na Kemet representou, também, uma estrondosa derrota do Governo PSD/CDS e, em particular, do ministro da Economia, que nada fizeram para obstar ao despedimento e à deslocalização, assumindo-se como cúmplices dos interesses e da estratégia da multinacional - comentou a Direcção Nacional da Fiequimetal. Na saudação que divulgou, realçou ainda que este sucesso veio demonstrar que, apesar das difíceis circunstâncias sociais e políticas, é possível derrotar os objectivos do patronato e atirar esta política e este Governo para a rua.

Jornal dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, químicas, eléctricas, farmacêutica, celulose, papel, gráfica, imprensa, energia e minas

N.º 11 • Abril 2013

<p>Propriedade Fiequimetal/CGTP-IN – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas</p> <p>Sede Rua dos Douradores, 160 - 1100-207 LISBOA Telefones: 218818500 e 218818560 • Fax: 218818555 geral@fiequimetal.pt • www.fiequimetal.pt</p>	<p>Director João da Silva</p> <p>Redacção Domingos Mealha</p> <p>Gratismo Jorge Caria</p>	<p>Pré-impressão pré&press, Lda</p> <p>Impressão Lisgráfica</p> <p>Depósito legal N.º 266590/07</p>
---	--	--

Solidariedade à Palestina

Uma delegação da União Geral dos Trabalhadores Palestínianos visitou a casa sindical da Rua dos Douradores, onde foi recebida por dirigentes da Fiequimetal, da Fectrans, da Fesaht e da Fevicom.

A delegação, constituída pelo Secretário-geral Adjunto, Mohammed Yahya, e por Yaser Taha, Wadred Idries, Hussein Karafsheh e Moahammed Ibrahim, deslocou-se a Portugal, a convite da CGTP-IN, para participar na Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo Palestiniano, promovida pela central portuguesa, nos dias 14 e 15 de Dezembro. No dia 14, foi recebida nos Douradores por dirigentes da Fiequimetal, da Fectrans, da Fesaht e da Fevicom.

Como se referiu, numa informação publicada no sítio da federação na Internet, houve um debate franco e fraterno, em que os camaradas palestinianos expuseram a difícil situação vivida pelos trabalhadores e o povo da Palestina; a violenta repressão física e moral exercida pelas forças militares e policiais de Israel, que se traduz em assassinato de cidadãos inocentes, entre eles mulheres e crianças, e na detenção e prisão arbitrárias de pessoas sem culpa formada; o isolamento e o controlo a que estão sujeitos os cidadãos palestinos, impedidos de se deslocarem livremente na sua própria terra, quer por frequentes pontos de controlo, quer pelo «Muro do Apartheid»; a destruição das casas dos palestinos e a usurpação das terras, com aptidão agrícola, para nelas instalarem colonatos israelitas.

Por outro lado, os dirigentes sindicais palestinianos deram conhecimento da sua luta, com determinação, pela construção de um Estado livre, soberano e viável, nas fronteiras estabelecidas pela ONU em 1967, pelo regresso dos refugiados, pela libertação dos presos e pelo fim dos colonatos israelitas em terra palestiniana. Manifestaram a sua satisfação pelo reconhecimento do Estado da Palestina pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o estatuto de observador, no dia 29 de Novembro, e pelo apoio esmagador que esta decisão obteve. Manifestaram, ainda, o seu apreço pela solidariedade que têm recebido dos trabalhadores e do povo de Portugal.

A delegação da Fiequimetal exprimiu, uma vez mais, total e incondicional solidariedade para com a justa luta do povo palestiniano e a vontade de reforçar os laços que unem as organizações sindicais dos dois países.

Centenário de Álvaro Cunhal assinalado pela CGTP-IN

Deu a vida à causa do trabalho

O papel de Álvaro Cunhal no desenvolvimento de uma estratégia para a construção de um movimento sindical com características únicas foi realçado pelo secretário-geral da CGTP-IN, na sessão pública de 4 de Abril.

Nessa tarde, no auditório da sede da central, foram apresentadas as iniciativas com que esta decidiu associar-se à celebração do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal (10 de Novembro de 1913). Quer Arménio Carlos, quer Fernando Gomes, da Comissão Executiva, assinalaram que o histórico dirigente comunista dedicou a vida à causa dos trabalhadores e é hoje uma figura maior, que em muito ultrapassa e extravasa as fronteiras partidárias e que influenciou de forma indelével o rumo de Portugal no último século.



No 1.º de Maio de 1974, Álvaro Cunhal apelou à consolidação da unidade do movimento sindical unitário

Nação de Domingos Lobo, poeta, ensaísta e escritor que é um colaborador regular do boletim. Foram convidados vários autores (como Augusto Baptista, Francisco Duarte Mangas, Glória Marreiros, Jorge Leitão Ramos, José Colaço Barreiros, Manuel Dias Duarte, Manuel Gusmão, Modesto Navarro, Sérgio de Sousa e Urbano Tavares Rodrigues) para escreverem sobre alguns dos aspectos mais marcantes na obra artística e literária de Manuel Tiago (pseudónimo de Álvaro Cunhal).

Como razões mais do que suficientes para que a CGTP-IN tenha decidido incluir no seu plano de acti-

vidades a comemoração do centenário, foram referidas a actualidade do pensamento, o empenho dedicado ao estudo do sindicalismo, a forma como abordou a vida, as dificuldades e a luta dos trabalhadores, e também o facto de se tratar de um combativo e corajoso antifascista.

Mereceu especial destaque, na intervenção de Arménio Carlos (que, tal como a de Fernando Gomes, está publicada no sítio da CGTP-IN), o papel de Álvaro Cunhal na década de 1940, quando da discussão que preparou «a sábia decisão de mobilizar os trabalhadores, para conquistar as direcções

esperança e de confiança na capacidade dos trabalhadores e trabalhadoras tomarem nas suas mãos os destinos das suas organizações», a qual deu origem a «uma maré cheia de lutas, em locais de trabalho muito distintos, nas áreas dos lanifícios, da cortiça, da agricultura, dos serviços, bem como na cintura industrial de Lisboa», disse Arménio Carlos.

O secretário-geral da CGTP-IN sublinhou também o apelo de Álvaro Cunhal para a consolidação da unidade do movimento sindical unitário, citando palavras deste no início do 1.º de Maio de 1974, em Lisboa.

Jovens exigem trabalho e direitos

Sob a palavra de ordem «Queremos trabalho, exigimos direitos! Na rua para os pôr na rua!», milhares de jovens trabalhadores manifestaram-se, dia 27 de Março, em Lisboa, da Rua do Carmo até à residência oficial do primeiro-ministro. A iniciativa foi da Interjovem, organização autónoma da CGTP-IN, que assim marcou também o Dia Nacional da Juventude (28 de Março). A exigência de solução para os graves problemas do País, que afectam com particular gravidade os jovens, foi acompanhada pela reclamação de mudança de política e de Governo. Sem esta alteração, será

cada vez mais difícil que os jovens trabalhadores portugueses concretizem o direito ao trabalho estável e com direitos, alcancem a autonomia e assegurem o desenvolvimento das suas aspirações e projectos.

No final da manifestação, após intervenções de Anabela Laranjeira, da direcção da Interjovem, e de Arménio Carlos, foi aprovada uma moção em que se afirma a determinação de prosseguir a luta, desde logo na Marcha contra o Empobrecimento, que se ia iniciar dali a poucos dias, e nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.





Por outra política e outro Governo, para viver melhor

Luta persiste e cresce

O 1.º de Maio, que a CGTP-IN celebra em dezenas de localidades, tem que ser um expoente da luta social e política, para alcançar uma mudança de rumo que valorize o trabalho, dignifique os trabalhadores e coloque Portugal no caminho do progresso e justiça social.

O apelo foi feito a 13 de Abril, frente à Assembleia da República, na grande manifestação que encerrou a «Marcha contra o Empobrecimento – Pela Mudança de Política e de Governo», ao fim de oito dias de concentrações, desfiles e manifestações em 42 cidades.

Na dura e persistente luta dos trabalhadores e do povo contra a política da «austeridade» e contra as medidas que a troica estrangeira (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) mandou incluir no «memorando» de agressão, assinado pela troica nacional (PSD, CDS-PP, PS e seus governos), houve nos últimos meses outros importantes marcos de resistência. Como sublinhou o secretário-geral da CGTP-IN, no dia 13, o povo «não se agacha perante as dificuldades e sabe que só lutando pode vencer».

A própria estatística da polícia assinalou o incremento dos protestos populares, com mais de três mil manifestações em 2012. Em 2013, por todo o País, muitas deslocações de governantes e do PR foram acompanhadas de diferentes expressões do descontentamento que alastra.

Inúmeras acções ocorreram em empresas e serviços e também nas ruas. Nos sectores da indústria, abrangidos pelos sindicatos da Fiequimetal, mas também nos transportes, no comércio, na hotelaria, milhares de trabalhadores mantiveram uma luta cerrada contra o roubo no pagamento do trabalho suplementar, contra o aumento brutal dos impostos, em defesa dos direitos conquistados e consagrados na contratação colectiva. Na educação, na saúde, nas autarquias locais, com apoio e envolvimento de utentes e da população, essa luta tem sido também pelos serviços públicos, que asseguram as funções sociais de que a Constituição incumbe o Estado.

Jornadas de maior dimensão tiveram lugar, por iniciativa da CGTP-IN, mas também de outras estruturas e movimentos, praticamente todos os meses. No dia 16 de Fevereiro, em



Com a força das lutas realizadas nos últimos meses, milhares de manifestantes afirmaram, no final da Marcha, a determinação de realizar uma grande mobilização para o 1.º de Maio

24 cidades, manifestaram-se milhares de trabalhadores. A CGTP-IN lançou então uma «acção geral de protesto, proposta e luta», mantendo iniciativas todos os dias, até ao fim de Março.

Arménio Carlos salientou, no fim da Marcha, referindo-se à decisão do Tribunal Constitucional sobre o Orçamento e à demissão do ministro Relvas, que «os desenvolvimento recentes que

marcam a situação política e social não pode ser desligados do incremento da luta». Como «os problemas do País não se resolvem com remodelações, que mais não visam que mudar de ministros para prosseguir a mesma política», «é preciso dar a palavra aos portugueses». Para a CGTP-IN, «o combate à política de direita, por uma política alternativa, de esquerda, é inseparável da luta pela mudança de Governo e a marcação de eleições antecipadas».

Esta luta vai prosseguir, a par da intensificação da acção sindical nos locais de trabalho, para resolver os problemas dos trabalhadores e para alcançar o aumento imediato dos salários e a actualização do salário mínimo nacional para 515 euros; o cumprimento das convenções colectivas e a publicação das portarias de extensão; o reforço da protecção social no desemprego, o aumento das prestações sociais e das pensões de reforma - entre outras urgentes e justas reivindicações.

Outras contas

Portugal não tem uma despesa social superior à média europeia. Dados de 2011 revelam que a despesa na Saúde vale 6,8% do PIB (7,3% na UE27); os encargos com a protecção social representam 18,1% do PIB (19,6% na UE). As funções sociais do Estado (Saúde, Educação e protecção social) representam no País 63,4% da despesa total do Estado, contra 65,6% na UE.

Sem cortar na despesa social, é possível poupar e obter receitas. É preciso cortar nos juros da dívida pública, nas parcerias público-privadas, nas «rendas do sector eléctrico» e nas contas do «défice tarifário», nos benefícios fiscais aos grupos económicos e financeiros. É necessário taxar todas as transacções financeiras com apenas 0,25%; aplicar uma sobretaxa sobre as mais-valias e dividendos dos grandes accionistas; combater a fraude e evasão fiscal. Estas propostas da CGTP-IN permitem reduzir a despesa em 7781 milhões de euros, no Orçamento do Estado de 2013, e aumentar a receita em 4867 milhões.

PETAS E
TRETAS

Eles sabem...

No Palácio da Bolsa, no Porto, a 22 de Março, reuniram-se vistosos empresários, como Belmiro de Azevedo, que dias antes tinha defendido as vantagens dos salários baixos. Especialistas da consultora PwC apresentaram-lhes um estudo onde se conclui que: «Para a generalidade das empresas industriais portuguesas, a componente de custos laborais não é considerada prioritária. A mão-de-obra em Portugal é de baixo custo relativamente à média da UE, o que por vezes tem até um efeito negativo para a produtividade (...). Um país com mão-de-obra barata é geralmente um país de baixa produtividade».

O estudo, intitulado «Principais desafios da indústria em Portugal», refere ainda que o «tecido empresarial» vê nos custos de energia ou de logística obstáculos bem mais reais ao desenvolvimento da actividade.

Afirmarões semelhantes têm sido escritas, há vários anos, na fundamentação económica das reivindicações que os trabalhadores e os sindicatos têm apresentado nos sectores abrangidos pela Fiequimetal. Ideias muito parecidas constam no estudo sobre indústria e política industrial, que a federação publicou há dois anos.

As conclusões da consultora não poderão ter sido uma completa novidade para os patrões que as ouviram. Não é por ignorância que o patronato recusa aumentos salariais. Não é por ignorância que a indústria não se desenvolve.

Em 2007, no 1.º Congresso da Fiequimetal, escrevemos que «as políticas de submissão dos sucessivos governos aos ditames das multinacionais e do grande capital financeiro, em detrimento dos interesses nacionais, conduziram à destruição do aparelho produtivo, à desindustrialização e ao consequente aumento da dependência externa do País».

O verdadeiro motivo por que patrões e governos recusam aumentar salários e realizar uma política de desenvolvimento da indústria e do País é que, acima de tudo, interessa-lhes garantir o lucro maior para um grupo cada vez mais pequeno. Quem sabe disto, não pode aguentar indiferente.